



Adolescência e construção da personalidade moral

Adolescence and moral personality construction

 **Rita Melissa Lepre**

Livre-Docente em Psicologia da Educação
Universidade Estadual Paulista – UNESP.
Bauru, São Paulo – Brasil.
melissa.lepre@unesp.br

 **Jamile de Oliveira**

Mestre em Docência para a Educação Básica
Universidade Estadual Paulista – UNESP.
Bauru, São Paulo – Brasil.
jamile.oliveira@unesp.br

Resumo: A adolescência, enquanto um fenômeno sociocultural, traz em si diferentes aspectos da vida pessoal e social que implicam na constituição de cada sujeito humano. Este artigo, de cunho teórico, resulta dos estudos realizados sobre o processo construtivo da moralidade humana e objetiva apresentar e discutir a construção da personalidade moral, com foco na adolescência, tendo como principal base teórica os estudos de Puig (1998); teórico e educador em valores de referência na área, cuja vida e obra se dedicam a esclarecer e aprofundar os estudos sobre o desenvolvimento da moralidade. Dessa forma, foi realizado um resgate do conceito de adolescência a fim de discutir esse fenômeno sob a perspectiva da educação em valores, enquanto construção da personalidade moral, elucidando algumas possibilidades de introdução aos procedimentos de educação moral ou em valores no ambiente educativo.

Palavras chave: adolescência; moralidade; educação em valores.

Abstract: Adolescence, as a socio-cultural phenomenon, brings different aspects of personal and social life that imply the constitution of each human subject. This article, of a theoretical nature, results from studies carried out on the constructive process of human morality and aims to present and discuss the construction of moral personality with a focus on adolescence, having as primary theoretical basis the studies of Puig (1998); theorist and educator in reference values in the area whose life and work are dedicated to clarifying and deepening studies on the development of morality. In this way, a rescue of the concept of adolescence was carried out to discuss this phenomenon from the perspective of education in values, as construction of moral personality, elucidating some possibilities of introduction to ethical education procedures or values in the educational environment.

Keywords: adolescence; morality; values education.

Cite como

(ABNT NBR 6023:2018)

LEPRE, Rita Melissa; OLIVEIRA, Jamile de. Adolescência e construção da personalidade moral. *Dialogia*, São Paulo, n. 41, p. 1-15, e21333, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/41.2022.21333>.

American Psychological Association (APA)

Lepre, R. M., & Oliveira, J. de. (2022, maio/ago.). Adolescência e construção da personalidade moral. *Dialogia*, São Paulo, 41, p. 1-15, e21333. <https://doi.org/10.5585/41.2022.21333>.

1 Adolescência, puberdade e desenvolvimento

Nas sociedades ocidentais e contemporâneas a adolescência é considerada uma etapa do ciclo vital, ou seja, faz parte do desenvolvimento humano e suas transformações ao longo da vida. Zanelato e Urt (2021) apontam que a adolescência é um período do desenvolvimento relacionado às mudanças físicas e sociais, se constituindo como “um período de superação das estruturas de consciência desenvolvidas desde a infância e incorporação de elementos da vida adulta, principalmente no que tange à capacidade de pensar por conceitos ou desenvolvimento do pensamento teórico” (p. 01).

Todavia, a adolescência não é um período natural do desenvolvimento humano, que ocorre por maturação de fatores biológicos ou hereditários, uma vez que é construída a partir das relações sociais e da história de uma sociedade. Segundo Ozella e Aguiar (2008), a adolescência “é criada historicamente pelo homem, como representação e como fato social e psicológico. É constituída como significado na cultura e na linguagem que permeia as relações sociais” (p. 99). No Brasil, considera-se adolescente a pessoa entre doze e dezoito anos de idades, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

A adolescência se diferencia da puberdade, ainda que durante a primeira ocorram as transformações físicas da segunda. A puberdade é um fenômeno biológico e fisiológico, que acontece com todos os seres humanos, caracterizada, sobretudo, por mudanças corporais que envolvem o estirão (crescimento), o surgimento de caracteres sexuais secundários e o desenvolvimento do aparelho reprodutor. Tais mudanças são o resultado de importantes alterações hormonais, ocorridas em virtude das transformações cerebrais, que interferem tanto na composição corporal quanto no funcionamento neuropsicológico (HERCULANO-HOUZEL, 2005).

A adolescência, por sua vez, é um fenômeno sociocultural que envolve reorganizações psicológicas importantes, frente às novas formas de se perceber e de se relacionar com o mundo. Segundo Souza e Silva (2018) é necessário compreender que as mudanças que ocorrem na vida dos adolescentes são de ordem orgânica, histórica e cultural. “Não só os elementos maturacionais conformam as características peculiares do funcionamento psíquico nesse período, como também determinada sociedade constrói uma particular concepção de adolescência, historicamente determinada” (SOUZA; SILVA, 2018, p. 10).

Considerando os aspectos históricos, culturais, sociais e orgânicos é possível apontar construções importantes no que se refere ao desenvolvimento afetivo, cognitivo e sociomoral dos adolescentes. O desenvolvimento afetivo é a dimensão mais facilmente observada durante a

adolescência, uma vez que a reedição de aspectos da personalidade como o autoconceito e a autoestima provocam questionamentos e enftamentos que levam o adolescente a buscar respostas e aceitação em grupos de iguais, manifestando suas preferências e interesses mais vigorosamente, na tentativa de afirmar sua personalidade e marcar seu papel na sociedade.

O desenvolvimento cognitivo também apresenta importantes características durante a adolescência, como a possibilidade de raciocinar a partir de hipóteses e deduções, o que é permitido pelo pensamento formal. Esse tipo de pensamento possibilita a descentração dos sujeitos reivindicada pelos grupos de pertencimento que estabelecem estilos e padrões de conduta e pensamento para integrar-se ao grupo (PIAGET, 1932/1994).

O desenvolvimento sociomoral, por sua vez, refere-se às construções voltadas à personalidade moral que considera o conjunto de valores apreciados pelo sujeito, a influência recebida pelas diferentes esferas da sociedade e a necessidade de atribuir juízos, fazer escolhas e tomar decisões. No entanto, fazer escolhas significa ter opções e poder pensar sobre elas, por isso a importância da construção e do desenvolvimento moral, que permitem estudar, refletir e praticar os procedimentos envolvidos na valoração e tomada de decisão pessoal (PUIG, 1998).

O objetivo deste artigo é apresentar e discutir a construção da personalidade moral com foco na adolescência tendo como principal referência teórica os estudos de Puig (1998) e, por fim, refletir sobre a educação em valores que ocorre em um importante espaço da vida do adolescente: a escola.

2 A construção da personalidade moral com foco na adolescência

A personalidade moral é considerada uma consciência intelectual que se manifesta nas diferentes situações vividas resultando da história construída pelos sujeitos, do valor atribuído a essa história e daquilo que se deseja ser. Como parte do processo de desenvolvimento humano, toda personalidade é construída considerando as tradições intelectuais e morais dos sujeitos, a diversidade de experiências tanto histórico-culturais, como as individuais, os problemas de valor diariamente encontrados e a subjetividade humana (PUIG, 1998).

O processo de construção da personalidade moral compreende as necessidades, vontades e pontos de vista de cada pessoa. É uma tarefa complexa que se realiza por meio da interação do sujeito com as pessoas da mesma idade e de idade diferente, em que se propicie a cooperação e a participação ativa na busca de soluções para as situações conflituosas suscitadas nas interações sociais cotidianas. (PUIG, 1998).

Vale lembrar, que as primeiras interações humanas são baseadas no egocentrismo, isto é, há uma tendência em satisfazer única e exclusivamente a vontade e a necessidade do portador da ação, que se mantém centrado em seu próprio ponto de vista. No entanto, quando os sujeitos primam, apenas, por seus interesses desconsiderando a opinião, a necessidade e o interesse do outro, as relações tendem a se esgotar facilmente, de forma a exigir que o sujeito se afaste, progressivamente, de seu egocentrismo e se descentre. Na adolescência o apelo e a necessidade pelos grupos de iguais servem como uma motivação para o processo de descentração, ainda que outras características do egocentrismo, agora reeditado, se revelem durante essa etapa, como a presunção intelectual (PIAGET, 1932/1994).

Soma-se ao processo de construção de si o meio, ou seja, o espaço em que são vividas as experiências, constituído por uma cultura moral que varia de acordo com o contexto de cada um, como a família, a escola, as mídias sociais, nos quais os sujeitos aprendem e desenvolvem sua personalidade, socializando-se e alargando suas amizades (PONCE, 2009; PALFREY; GASSER, 2011). A adolescência é um período no qual todas essas construções estão em ebulição e a personalidade moral em pleno desenvolvimento.

Todo meio possui um contexto que estabelece os comportamentos esperados daqueles que dele participam, isso porque está permeado por expectativas que devem ser cumpridas partindo dos valores morais, dos costumes e da necessidade de (auto)regulação para que haja a convivência mútua. São essas estruturas que orientam os sujeitos na tomada de decisão sobre as atitudes e respostas que são esperadas e necessárias dentro das situações, são entidades simbólicas que pautam as formas de vida coletiva e lhes dão significado (PUIG, 1998).

Entre os tipos de meio existentes, Puig (1998) organiza-os de acordo com o alcance deles na vida dos sujeitos. O micro e *mesomeio* são aqueles que influem diretamente na relação entre os sujeitos, pois deles participam de forma ativa, é possível destacar a família e a escola. Já o macro e *exomeio* são aqueles que não incluem os sujeitos diretamente, mas que afetam seus meios de participação direta, a saber, as formas de organização societárias e os meios de comunicação.

Conforme Vargas Cordero (2004), Escaméz et al. (2007) e Berrios-Valenzuela e Buxarras-Estrada (2013), os valores morais são qualidades que permitem tornar o mundo um espaço habitável, distinguindo formas ideais para se guiar na hora de escolher uma atitude ou conduta. Os valores morais regem e dão sentido à vida, são divididos em valores individuais e valores sociais, enfatizados pelo momento histórico em que se está inserido.

A aquisição de um valor é processual, arraigada ao sujeito por alguns passos interligados, primeiramente, ocorre o reconhecimento e a seleção dos próprios valores morais, uma escolha livre

com base nas alternativas e análise das consequências da seleção que implicam no bem-estar ou mal-estar social. Em seguida, o sujeito precisa apreciar os valores escolhidos, querer praticá-los e compreender a importância deles, esse passo favorece que o sujeito aprenda a defender publicamente os seus valores e consiga atrelá-los à sua conduta, por fim, tais condutas devem ser repetidas constantemente (PUIG,1998; VARGAS CODERO, 2004; ESCAMÉZ et al., 2007).

A frequente escolha por um mesmo conjunto de valores e comportamentos resulta em certa cristalização do eu, consolidando a personalidade do sujeito. Assim, a consciência moral funciona como um regulador moral, uma estrutura de processamento de informação, por meio da qual se estabelecem os juízos, amparados nos valores pessoais e universais, em busca da boa convivência entre as pessoas (PUIG, 2004).

No entanto, essa tarefa não é simples, requer a disposição racional e dialógica que possibilite a combinação do juízo à ação moral adequada para cada situação. É desejável que haja retidão nos julgamentos estabelecidos para que a ação moral, resultante das escolhas feitas, seja coerente à situação, independentemente da opinião alheia. Implica, portanto, a autonomia moral, que o próprio sujeito deseje e se comprometa em agir corretamente.

Diversos fatores podem influenciar o julgamento e a ação moral: a necessidade de sobrevivência, os princípios morais próprios ou aqueles advindos do pertencimento a um grupo social. Sabe-se que a linguagem é uma forma de promoção da consciência moral, por meio dela o diálogo acontece e mobiliza o comportamento, propiciado quando há o desenvolvimento da cooperação, do consenso, da descentração, do reconhecimento da perspectiva do outro, da crítica às normas e valores e, então, da tomada de decisão livre e pessoal (PUIG, 1998).

É a estrutura cognitiva a responsável por relacionar os acontecimentos e ordená-los por meio de conexões ativas que envolvem o pensamento e as experiências anteriores. Toda conduta inclui uma estrutura cognitiva que, segundo as teorias cognitivo-evolutivas, resultam da interação do organismo com o seu meio e passam por um processo de desenvolvimento ao longo da vida (KOHLBERG, 1992). O desenvolvimento moral também ocorre por meio de um caminho psicogenético.

Piaget (1932/1994) apresenta três momentos do desenvolvimento da moralidade: a pré-moral, em que não há obrigação com o respeito às regras, a moral heteronômica em que a obediência à norma ocorre por submissão e medo das consequências, vinculada ao prestígio social e, por fim, a moral autônoma em que há reciprocidade nas relações, considerando os papéis que os sujeitos ocupam e as consequências das decisões tomadas. Na autonomia moral, as regras são

compreendidas e praticadas de forma livre, consciente e responsável, acordadas pelos contratos interpessoais.

Algumas sociedades adotam o absolutismo moral que parte de uma moral heteronômica, na qual as normas e os valores são impostos e inquestionáveis e a autoridade é reconhecida como digna de ser obedecida. A religião, o historicismo e o sociologismo podem, por vezes, ocupar esse lugar de imposição de valores absolutos. A autonomia moral, no entanto, acontece quando há uma mudança na consciência individual a partir do reconhecimento da necessidade das normas e da vontade de agir corretamente (PUIG, 1998). Durante a adolescência, a construção da possibilidade de raciocinar por hipóteses e conceitos científicos possibilita ao adolescente questionar regras sociais e confrontar valores morais.

A assimilação racional dos valores e das regras é que define o tipo de moral existente, o que não deve ser considerado algo estanque, tendo em vista que uma mesma pessoa pode oscilar no seu nível moral dependendo da situação em que manifeste seu pensamento e ação moral. Nas interações sociais, a estrutura cognitiva assimilada é transformada em um processo de acomodação que parte da situação conflituosa.

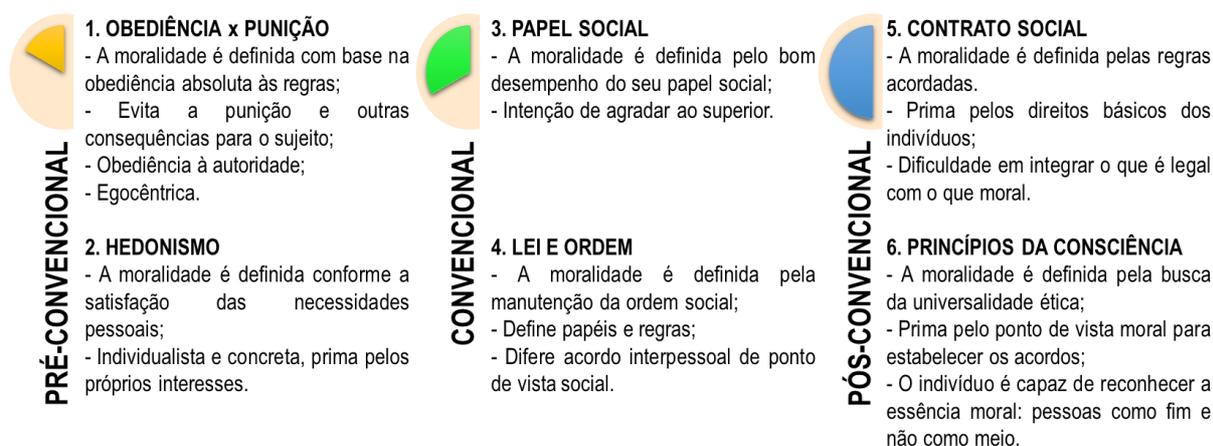
Os níveis e estágios morais propostos por Kohlberg (1992) aprofundam os estudos de Piaget (1994) e permitem identificar o nível de desenvolvimento moral dos sujeitos com base nos juízos morais manifestos em situações conflitantes, os dilemas morais hipotéticos. Não se amparam em respostas únicas e assertivas, mas sim no conjunto de respostas e juízos para diferentes situações contextualizadas.

Kohlberg (1992) propôs seis estágios do desenvolvimento moral (Quadro 1) que se definiram pela resposta a dilemas morais hipotéticos, por meio de uma entrevista semiestruturada intitulada *Moral Judgement Interview* (MJI). A temática dos dilemas morais estava voltada à noção de direito à vida, obediência à lei, castigo, direito de propriedade, justiça e acordos, em que é posto um conflito moral cuja tomada de decisão é necessária. Os seis estágios morais, estabelecidos com base no raciocínio moral expresso nas respostas, foram organizados em três níveis: pré-convencionais, convencionais e pós-convencionais.

A compreensão dos níveis permite apreender os estágios particulares, descrevendo a passagem da heteronomia para a autonomia. No nível pré-convencional, a norma é considerada algo externo ao sujeito, por isso é obedecida rigorosamente; há medo do castigo. Esse nível pode perdurar até os 9 anos de idade e manifesta-se pela limitação na compreensão de que convencional é aquilo que é comum aos seres sociais (KOHLBERG, 1992; LINDE NAVAS, 2009).

No nível convencional são priorizadas as normas e os acordos estabelecidos na vida em sociedade, há primazia pela autoimagem e pelo bom funcionamento social, está presente na idade adolescente e adulta. No último nível, pós-convencional, as normas sociais também são respeitadas, todavia os sujeitos percebem-na como imersa em princípios coletivos. Em situações na qual as normas entram em conflito com os princípios defendidos pelo indivíduo, há primazia do princípio sobre o acordo. Esse estágio só é alcançado em idade adulta, após os 25 anos de idade (KOHLBERG, 1992; LINDE NAVAS, 2009).

Quadro 1 – Níveis e estágios morais propostos por Kohlberg (1992)



Fonte: Baseado em Kohlberg, 1992. Elaborado pelas autoras, 2021.

Quanto mais avançado o nível de desenvolvimento moral maior repertório de vivências sociais é requerido dos sujeitos. O desenvolvimento cognitivo permite compreender as diferentes perspectivas de pensamento, por isso, geralmente são encontrados em pessoas com idade adulta, pois exige uma estrutura mais consolidada. No entanto, nem toda pessoa adulta alcança os níveis pós-convencionais, na verdade, poucos galgam tal moralidade (KOHLBERG, 1992).

Ao se referir às contribuições de Piaget e Kohlberg na educação moral, Puig (1998) evidencia os estágios do desenvolvimento e a superioridade dos juízos morais autônomos que quanto mais próximos da pós-convencionalidade mais desejáveis e aperfeiçoados serão. Assim, a autonomia torna-se o alvo da educação moral ou em valores, pois consolida o caráter livre, crítico e responsável das personalidades morais.

O caminho pelo qual se constrói a transição da heteronomia para a autonomia moral envolve a clarificação de valores morais e a convivência respeitosa em que os sujeitos aprendam conjuntamente, sem a necessidade de agirem uns iguais aos outros ou por coerção. A moral

autônoma é guiada por princípios críticos e livres adquiridos no exercício ativo da razão, do diálogo e do acordo feito entre os membros da sociedade (PUIG,1998; PONCE, 2009).

Nesse sentido, a consciência moral autônoma é construída por meio de procedimentos a que o sujeito é submetido, dispondo de recursos que o possibilite enfrentar seus conflitos sem dogmatismo ou imposição alheia. Os procedimentos da consciência moral são: juízo moral, compreensão e autorregulação. (PUIG, 1998)

A elaboração de razões amparadas em princípios morais é o que se nomeia juízo moral, desenvolve-se em um movimento de reflexão constante para que as justificativas lógicas utilizadas norteiem as escolhas corretas. O juízo moral só é alcançado quando a ação é coerente à situação enfrentada. Para se obter a coerência é necessário que todos os envolvidos reconheçam o conflito e se comprometam com a situação dialógica, evocando outro procedimento da consciência moral, a compreensão. É por meio da compreensão que os sujeitos são capazes de discutir os aspectos questionados, dimensionar a peculiaridade situacional e desempenhar os valores apreciados. (PUIG, 1998).

A compreensão nasce dos questionamentos levantados em relação aos posicionamentos tomados, por ela se exercita a análise do todo para a parte e da parte para o todo, ocasionando o entendimento racional da situação de forma pessoal e alheia. Tal entendimento gera uma conduta que é processada e analisada pela autorregulação. O esforço para dirigir a si mesmo é a essência da autorregulação, nesse procedimento encontra-se a intensificação da relação interior, do eu consigo mesmo, que implica a ação moral, o jeito de ser e os hábitos desejados, responsáveis por moldar a personalidade moral do sujeito. (PUIG, 1998).

É na autorregulação que são considerados os propósitos, os interesses, as metas e critérios que delimitam a ação coerente ao juízo moral dando origem aos hábitos almejados e conscientes. Por isso, envolve o autoconhecimento, a autoimagem e o estar consciente do poder para autodeterminar-se, ou seja, ser crítico sobre a realidade e sobre si, avaliando os resultados obtidos em um diálogo interior que incorpore as vozes sociais e a voz do eu. (PUIG, 1998).

Esses procedimentos são necessários para que o sujeito esteja apto a uma conduta adequada, sensível ao contexto e correta moralmente. Nota-se que existem traços comuns em cada etapa da consciência moral. O primeiro a universalidade, qualquer indivíduo pode apoiar-se nesses procedimentos, não há uma ordem rígida entre as etapas, mas, sem dúvidas, todas são necessárias para que se obtenha a passagem da heteronomia para a autonomia moral, estão amparadas na dialogicidade e expressão das emoções, por fim, requerem uma constância, ou seja, que os procedimentos se aperfeiçoem e repitam diariamente (PUIG, 1998).

O papel da comunidade no processo de formação da personalidade moral não pode ser esquecido, os valores morais são inseparáveis da ética procedimental e surgem, justamente, pelas exigências sociais a fim de que o mundo seja habitável. (ESCAMÉZ et al., 2007). As situações conflituosas apelam para que os valores sejam convertidos em hábitos, os quais se obtêm por meio dos procedimentos que constituem personalidades morais diversas em componentes valorativos.

Nesse sentido, são reconhecidos alguns valores que se fazem marcantes em cada etapa da ética procedimental, os quais dividem-se em valores públicos e privados, de acordo com o tipo de relação estabelecida no curso do desenvolvimento moral, como demonstrado no Quadro 2.

Quadro 2 – Valores evidenciados na ética procedimental

<i>ETAPA PROCEDIMENTAL</i>	<i>VALORES PÚBLICOS</i>	<i>VALORES PRIVADOS</i>
<i>Juízo Moral</i>	Igualdade	Reconhecimento
	Justiça	Renúncia
	Liberdade	Verdade
<i>Compreensão</i>	Benevolência	Abertura ao diálogo
	Respeito	Amor
	Solidariedade	Consideração
	Tolerância	Empatia
<i>Autoregulação</i>	Compromisso	Coerência
	Cooperação	Responsabilidade
	Participação	Vontade de valor

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em Puig (1998).

Nota-se, a partir do Quadro 2, que dentro de cada procedimento da consciência moral os sujeitos necessitam dispor de valores morais pessoais, no caso privados, para que os valores morais públicos sejam exercidos. Assim, por exemplo, para que a igualdade seja vivenciada os sujeitos precisam reconhecer-se e renunciar-se, e conseqüentemente abrirem-se ao diálogo, à empatia e consideração pelo outro para exercer o respeito e a tolerância e, por fim, desenvolver a responsabilidade e coerência para que viva um efetivo compromisso e participação pública.

Ao se referir a esse conjunto de valores públicos e privados, Puig (1998) esclarece que dizem respeito a valores mínimos que são requeridos dentro da macro e da microética, isso porque cada sujeito no curso de sua vida vai ampliando seu arcabouço valorativo conforme os acordos estabelecidos e aprovados por ele.

Ademais, a lista apresentada evoca outros valores morais que não foram explicitados, de forma que não há necessidade de esgotar todos os valores morais existentes. Como já afirmado, a aquisição de valores se faz no desenvolvimento da personalidade moral partindo dos procedimentos da consciência em que os valores procedimentais se unem aos substantivos ou



privados e, pouco a pouco, consolidam o caráter moral de cada sujeito em um modo de ser valioso e pessoal (PUIG, 1998).

Em síntese, foram organizados os conceitos fundamentais para a compreensão da construção e do desenvolvimento da personalidade moral sob a perspectiva de Puig (1998), discutidos ao longo deste artigo, e que são resumidos no Quadro 3 objetivando facilitar a compreensão individual de cada leitor e a possível consulta durante e após a leitura do texto.

Quadro 3 – Conceitos relacionados à personalidade moral definidos por Puig (1998)

Descritor	Definição
Autorregulação	“Capacidade para dirigir por si mesmo a própria conduta [...] sistema interno e autônomo de controle da conduta moral” (PUIG, 1998, p. 113-114).
Compreensão	“Atividade universal orientada a captar o sentido da realidade singular e histórica a partir da problematização dos juízos prévios dos sujeitos [...] ajuda a determinar o que é justo em cada situação concreta” (PUIG, 1998, p. 108).
Consciência autônoma	“Capacidade de raciocinar com autonomia diante de situações de grande diversidade e moralmente controversas” (PUIG, 1998, p. 94).
Consciência moral	“Faculdade de julgar a retidão de juízos ou ações morais [...] compõe-se dos meios procedimentais para enfrentar de modo correto os problemas morais” (PUIG, 1998, p. 80; 103).
Construção moral	“Se situa no ‘entre’: é ao mesmo tempo totalmente individual e totalmente influenciada pela relação com os demais. A decisão sobre como viver é pessoal e social” (PUIG, 1998, p. 27).
Educação	“Processo de aquisição de informações que se converte em conhecimento, em valores, em habilidades e em modos de compreensão do mundo [...] uma adaptação otimizante, crítica e evolutiva” (PUIG, 1998, p. 24).
Educação moral	“É essencialmente um processo de construção de si mesmo [...] mediante um trabalho de reflexão e ação a partir das circunstâncias que cada sujeito vai encontrando dia a dia” (PUIG, 1998, p.19-20).
Formação moral	“Processo complexo que inclui diversos níveis de formação, desde aquisição de convenções sociais até a configuração da consciência moral autônoma” (PUIG, 1998, p. 23).
Guias de valor	“Produtos culturais que ajudam os sujeitos a pensar, a comportar-se e, em definitivo, a construir-se como pessoas morais [...] valores, modelos pessoais, acordos e declarações, ou as tradições e as tecnologias do eu” (PUIG, 1998, p. 156-157).
Identidade moral	“Referimo-nos a algo que, metaforicamente, podemos chamar de textura moral, quicá porque nele se entrecruzam diferentes fios valorativo [...] Cristalização dinâmica de uma infinita diversidade de possibilidades biográficas de valor que cada sujeito deve tecer para si mesmo” (PUIG, 1998, p. 134).
Juízo moral	“Faculdade que permitem que sejam formadas opiniões racionais sobre o que deve ser [...] é um instrumento da consciência moral que é usado quando devemos enfrentar situações difíceis, situações ou fatos de índole pessoal, interpessoal ou social que apresentam um conflito de ação ou uma controvérsia de solução complexa” (PUIG, 1998, p. 103-104).
Meio	“Âmbito onde são vividas as experiências que permitem a cada sujeito a definição dos problemas sociomorais” (PUIG, 1998, p. 154).
Modelo moral	“Qualquer construção simbólica cuja finalidade é mostrar, mediante uma representação exemplar, algum princípio ou comportamento ético” (PUIG, 1998, p. 202).
Moralidade	“Forma de regular os comportamentos dos sujeitos para tornar possível uma convivência social ótima e uma vida pessoal desejável” (PUIG, 1998, p. 90).



Descritor	Definição
Normas	“Modelos, regras e padrões de condutas já estabelecidos e que devem ser observados em determinadas situações” (PUIG, 1998, p. 156).
Papéis	“Atitudes, comportamentos e relações que são esperados de uma pessoa que ocupa uma determinada posição no interior de um meio, bem como as atitudes, comportamentos e relações que são esperados das outras pessoas com respeito à primeira” (PUIG, 1998, p. 156).
Personalidade moral	“Autonomia reflexiva e condutual da consciência, que torna possíveis procedimentos como juízo, a compreensão e a autorregulação. (PUIG, 1998, p. 124).
Procedimentos da consciência moral	“Meios que permitem a deliberação e a direção moral que, em condições normais, todos os sujeitos desenvolvem desde um ponto de vista funcional e psicológico, e que mais tarde podem chegar a aceitar e valorizar sob uma perspectiva moral [...] são instrumentos que marcam uma linha de conduta valiosa, mas que não justificam nem conduzem a nenhum tipo de uniformidade ou dogmatismo moral” (PUIG, 1998, p. 103).
Regulador moral	“É uma disposição do sujeito, de índole funcional, que lhe permite combinar o significado conflitivo da informação moral que recebe do meio com um tipo de juízo e ações que dão resposta adequada às problemáticas sociomorais” (PUIG, 1998, p. 90).
Ser moral	“Desentranhar o que nos parece pessoalmente correto diante de situações controvertidas, e supõe também sentir-se obrigado por si mesmo a fazê-lo com independência dos pontos de vista e das pressões circundantes” (PUIG, 1998, p. 78).
Sujeito autônomo	“[aquele que é] capaz de agir de acordo com sua própria vontade [...] a decisão pessoal está apoiada em um processo de reflexão que há de levar a querer algo fundamentado em motivos e razões. Deste modo, a autonomia terá uma vontade universal” (PUIG, 1998, p. 80).
Tecnologias do eu	“São práticas que os indivíduos realizam sobre si mesmos, cuja mera realização já é valiosa, embora seu valor máximo resida nas transformações pessoais que produzem” (PUIG, 1998, p. 200).
Valores	“Nos dizem como devem ser as coisas [...] oferecem certezas na determinação do correto, assim como objetivos e motivações para a conduta humana” (PUIG, 1998, p. 200).

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

A compreensão desses conceitos e da forma como estão amalgamados é crucial para que se entenda a construção da personalidade moral na proposta de Puig (1998). Durante a adolescência a personalidade moral, por meio do juízo, da compreensão e da autorregulação, está em plena construção e fortemente relacionada às experiências relacionais. Entre os diversos espaços e ambientes que o adolescente frequenta e estabelece relações, destacaremos a escola e sua potencialidade na realização de uma educação moral ou em valores com vistas à construção da moralidade autônoma.

3 Discussões e considerações finais: a escola como espaço de construção da personalidade moral

Ao apresentar a concepção de Puig (1998) sobre a construção da personalidade moral, espera-se esclarecer que se trata de um processo contínuo e relacional que envolve o sujeito, seus pares, a cultura e a sociedade como um todo. Nesse sentido, a Educação Moral ou Educação em



Valores implica em trazer para os contextos educacionais as experiências que são vividas dentro e fora da escola, de forma que essas diferentes situações se tornem objetos de discussão e problematização entre os sujeitos para o desenvolvimento de si mesmos e do grupo promovendo a participação e a responsabilidade.

O educador se coloca como mediador experiente que também se faz aprendiz ao propiciar e abrir-se para o exercício do diálogo em que são manifestadas as diferentes perspectivas sobre uma mesma circunstância e a variedade de valores morais defendidos, o que encoraja os sujeitos a desenvolverem a descentração, a compreensão e o respeito mútuo estabelecendo um ambiente acolhedor e reflexivo.

Se assemelha ao trabalho realizado nas oficinas, nas quais os aprendizes e tutores trabalham em conjunto para construir um objeto, de forma que o conhecimento se adquire pessoalmente no próprio ato construtivo que permite modificar e aprimorar o conhecimento conforme a percepção do construtor para o alcance do melhor resultado (PUIG, 1998).

O objeto de construção, no que tange a Educação Moral, é o próprio eu, o ser moral, que enfrenta diariamente a necessidade de tomar decisões e avaliar as escolhas feitas de forma que obtenha a justa medida de decidir aquilo que é correto e bom em relação às demandas pessoais e coletivas.

É imprescindível que a Educação Moral aqui defendida não se confunda com dogmatismo ou imposição de valores morais, o âmbito educativo enquanto construção se efetiva na múltipla participação de todos os envolvidos que sendo sujeitos morais possuem necessidades, prioridades e juízos próprios, os quais, necessitam ser pensados e repensados tomando como referências os guias culturais de valor para que se legitimem e convivam os direitos e deveres de todos.

“Temos de promover uma pedagogia que, em vez de transmitir um saber acabado, ajude o educando a adquirir, por si mesmo, aqueles recursos culturais de valor que são de utilidade” (PUIG, 1998, p. 230). A aquisição desses guias de valor parte de uma clarificação, em que são reconhecidos os valores morais que permeiam as relações humanas e as regras estabelecidas nos ambientes de convivência e da necessidade de combinar esses valores em juízos que sejam coerentes às situações conflituosas enfrentadas, o denominado regulador moral.

O contexto proporciona as experiências sociomorais; todavia sabe-se que o meio sugere um tipo de resposta e conduta aos sujeitos que nem sempre pode ser considerada ótima ou desejável, principalmente quando os vínculos se baseiam na hierarquização e domínio entre as pessoas. Isso implica o exercício de uma consciência que seja capaz de defrontar as metas, as

possibilidades de comportamento, as formas de regulação e os dispositivos físicos que o contexto estabelece.

Isso significa pensar sobre aquilo que é esperado de si em relação à tomada de decisões, sem ignorar a forma como se estabelecem as relações interpessoais, os interesses existentes e os recursos disponíveis que norteiam a vida em sociedade e evitam o domínio das relações perversas e egoístas que visam apenas benefício de alguns. Para que se alcance esse nível de reflexão é preciso a troca com o outro, tendo a presença daquele que possa contribuir para a elevação moral dos sujeitos, ou seja, um adulto que conheça como se dá o desenvolvimento moral humano e possa colaborar para o progressivo alcance da autonomia moral (PUIG, 2004).

Entre os adolescentes é possível iniciar a construção da personalidade moral mobilizando os procedimentos da consciência moral a partir da discussão dos temas de interesses do grupo, das opiniões sobre questões que estejam circulando socialmente, conhecendo suas preferências leitoras, seus acessos às redes sociais e às plataformas virtuais.

As mídias, de uma forma geral, fornecem uma vasta possibilidade de materiais que podem introduzir rodas de conversas, convidar as pessoas a pensar sobre os conteúdos que circulam e como estão relacionados com suas vidas. Nessas atividades pode-se convidar os adolescentes a se debruçarem mais sobre o próprio eu, desenvolvendo o autoconhecimento e as projeções sobre quem desejam ser.

O multiculturalismo ampliou a diversidade moral e trouxe novas exigências para a educação em valores, que envolve a tomada de decisão pessoal perante uma situação de grande diversidade de vozes e posturas. Nesse multiculturalismo, deparamo-nos com o contexto midiático que influencia o posicionamento juvenil frente as situações complexas da vida (GARCÍA; PUIG, 2010).

Por isso, é significativo desenvolver a consciência de si mesmo, a clarificação pessoal, a integração das experiências biográficas e projeção para o futuro, a capacidade de autorregulação e a autonomia pessoal. A escola por proporcionar situações formativas é significativa para a construção da personalidade de cada estudante, pois estabelece uma cultura moral, ou seja, uma forma de ser que a define e permite aos seus membros se manifestarem e se transformarem (GARCÍA; PUIG, 2010).

Por fim, e na busca de uma síntese, pode-se afirmar que durante a adolescência a personalidade moral está em construção e se relaciona com todas as dimensões do desenvolvimento. Uma vez que se defende a ideia de uma construção ativa, é imperativo ratificar que a moralidade é construída, e não inata, e que para que se desenvolva em toda a sua

potencialidade, é proposto um trabalho com a educação moral ou em valores envolvendo a escola, a família e todos os setores da sociedade.

É imprescindível ressaltar que defender a educação moral não se refere a concordar com a imposição de condutas e valores morais estabelecendo um clima de medo e punição. O papel da escola é justamente o de propiciar um ambiente de liberdade às discussões para que sejam compreendidas as dimensões do ser moral de cada sujeito que responde por suas escolhas e habita em um mundo que não é exclusivamente seu.

A escola enquanto espaço para aprender e desenvolver conhecimentos é o espaço de (auto)construir-se, pois engloba saberes das diferentes dimensões da vida e deve auxiliar seus participantes na superação de suas intenções egoístas e defensivas em busca da satisfação de suas vontades a todo custo. Por ser um ambiente plural e coletivo enseja os desafios da vida em sociedade e promove a necessidade de cooperar, reconhecer e respeitar o outro, ouvir as diferentes opiniões etc. Isso ativa a formação cidadã que presume a convivência responsável e respeitosa de todos os membros da sociedade, assegurando seus direitos e deveres.

Referências

- BERRIOS-VALENZUELA, I.; BUXARRAIS-ESTRADA, M. R. Educación en valores: análisis sobre las expectativas y los valores de los adolescentes. *Revista Educación y Educadores*, vol. 16. n. 2. p. 244-264, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.5294/edu.2013.16.2.3>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- BRASIL. *Lei 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.
- ESCAMÉZ, J.; LÓPEZ, R. G.; PÉREZ, C. P.; LLOPIS, A. *El aprendizaje de valores y actitudes: teoría y práctica*. Barcelona/Espanha: Octaedro, 2007.
- GARCÍA, X. M.; PUIG, J. M. *As sete competências para educar em valores*. São Paulo: Summus, 2010.
- HERCULANO-HOUZEL, S. *O cérebro em transformação*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- KOHLBERG, L. *Psicología del desarrollo moral*. Bilbao Spain: Desclée de Brouwer, 1992.
- LINDE NAVAS, A. La educación moral según Lawrence Kohlberg: una utopía realizable. *Revista Praxis Filosófica*, n. 28. jan/jun. 2009. pp.7-22. Cali, Colombia: Redalyc, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.25100/pfilosofica.v0i28.3272>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- OZELLA, S.; AGUIAR, W. M. J. Desmistificando a concepção de adolescência. *Cadernos de Pesquisa*, v. 38, n. 133, p. 97-125, jan./abr. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742008000100005>. Acesso em: 20 dez. 2021.

PALFREY, J.; GASSER, U. *Nascidos na era digital: entendendo a primeira geração de nativos digitais*. Porto Alegre: Artmed, 2011.

PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. *Desenvolvimento humano*. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

PIAGET, Jean. *O juízo moral na criança*. São Paulo: Summus, 1994.

PONCE, B. J. A educação em valores no currículo escolar. *Revista e-curriculum*, v.5, n.1, dez. São Paulo: 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/3255/2173>. Acesso em: 20 dez. 2021.

PUIG, J. M. *A construção da personalidade moral*. São Paulo: Editora Ática, 1998.

PUIG, J. M. *Práticas morais: uma abordagem sociocultural da educação moral*. São Paulo: Moderna, 2004.

SOUZA, C.; SILVA, D. N. H. Adolescência em debate: contribuições teóricas à luz da perspectiva histórico-cultural. *Psicologia em Estudo* [online]. 2018, v. 23. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v23.e35751>. Acesso em: 20 dez. 2021.

VARGAS CORDERO, Z. R., Desarrollo moral, valores y ética; una investigación dentro del aula. *Revista Educación*, v. 28. n. 2. pp. 91-104. Montes de Oca, Costa Rica, 2004. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=44028206>. Acesso em: 20 dez. 2021.

ZANELATO, E.; URT, S. C. A Atividade Pedagógica para Adolescentes: Contribuições da Psicologia Histórico-Cultural. *Psicologia em Estudo* [online]. 2021, v. 26. n. 45690. Rondônia, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v26i0.45690>. Acesso em: 13 fev. 2022.